



**SENADO FEDERAL**  
Instituto Legislativo Brasileiro - **ILB**  
Coordenação de Educação Superior - **COESUP**

## **SÍNTESE DO PROJETO**

**Título do projeto:**

*Curso de pós-graduação lato sensu em  
Avaliação de Políticas Públicas*

**Órgão proponente:**

*Instituto Legislativo Brasileiro - ILB*

**Duração:**

*20 meses*

**Coordenação:**

*Coordenação de Educação Superior - COESUP*

**Contatos do órgão proponente:**

*Secretaria Acadêmica, COESUP/ILB, ramal 5202, e-mail [sec.acad@senado.gov.br](mailto:sec.acad@senado.gov.br)  
José Dantas Filho, coordenador, COESUP/ILB, ramal 1703, e-mail [jfilho@senado.leg.br](mailto:jfilho@senado.leg.br)*

**Anexos**

I - Autorização do MEC para os Cursos de Pós-Graduação oferecidos pelo ILB  
II – Projeto Pedagógico



**SENADO FEDERAL**  
Instituto Legislativo Brasileiro - **ILB**  
Coordenação de Educação Superior - **COESUP**

**PROJETO**

**1 – TÍTULO**

Implementação de 1 (uma) turma do curso de pós-graduação *lato sensu* em Avaliação de Políticas Públicas, na modalidade presencial.

**2 – PROPONENTE**

*Instituto Legislativo Brasileiro*

**3 – JUSTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO**

Em um ambiente onde as políticas públicas são elaboradas para a possível solução dos problemas reais, é plausível existir um meio de fiscalizar e avaliar a verdadeira eficiência dessas políticas. Diante dessa realidade, Instituto Legislativo Brasileiro - ILB, objetivando conscientizar sobre o papel do Senado Federal e dos demais órgãos do legislativo, na Avaliação de Políticas Públicas. Propõe-se oferecer o curso de pós-graduação *lato sensu* em Avaliação de Políticas Públicas aos servidores do Legislativo, mais especificamente aos do Senado Federal.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* permitem a especialização de servidores em temas, geralmente, pouco abordados na graduação e cursos comuns. O programa de pós-graduação tende a trabalhar profundamente com temas necessários às práticas diárias dos servidores, complementando os conhecimentos adquiridos na graduação e no ambiente de trabalho.

Em razão dessa realidade, o curso de pós-graduação *lato sensu* em Avaliação de Políticas Públicas é uma estratégia ímpar no desenvolvimento profissional dos servidores do Senado Federal e órgãos parceiros, assim como instrumento para manutenção e melhoria da democracia e exercício da cidadania.

**4 – OBJETIVO GERAL**



**SENADO FEDERAL**  
Instituto Legislativo Brasileiro - **ILB**  
Coordenação de Educação Superior - **COESUP**

O Curso de especialização Avaliação de Políticas Públicas tem como objetivo geral compreender o papel do Senado Federal e órgãos do poder legislativo na fiscalização e avaliação das políticas públicas, assim como agregar novas habilidades e competências, essenciais tanto ao aprimoramento técnico-profissional quanto ético-comportamental, de modo a contribuir efetivamente para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das ações desses órgãos.

### **5 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Conhecer a abordagem da avaliação das políticas públicas realizada pelo poder Legislativo;
- Acompanhar o ciclo das principais políticas públicas;
- Capacitar os servidores envolvidos direta ou indiretamente no processo de elaboração, implementação e posterior avaliação das políticas públicas.

### **6 – Nº DE VAGAS E PÚBLICO PREVISTO**

O público-alvo envolve, preferencialmente, os servidores do Senado Federal, sendo disponibilizadas vagas para servidores de outros órgãos conveniados, de acordo com o Art. 16 do Anexo IV do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº40, de 2014. Serão disponibilizadas 35 vagas, distribuídas da seguinte forma: a) 32 vagas para os servidores do Senado Federal; b) 3 vagas para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa do DF e servidores do TCU.

### **7 – CONCEPÇÃO DO PROGRAMA**

Os profissionais que trabalham direta ou indiretamente na área de Políticas Públicas devem possuir amplos conhecimentos técnicos e políticos subsidiando suas atuações. Nessa perspectiva, esses servidores devem estar inteirados do papel do Senado Federal e dos órgãos do poder legislativo têm na fiscalização e na avaliação das políticas públicas propostas. Esse cenário motivou o Programa de Pós-Graduação a conceber o Curso de Avaliação de Políticas



**SENADO FEDERAL**  
Instituto Legislativo Brasileiro - **ILB**  
Coordenação de Educação Superior - **COESUP**

Públicas a fim de reforçar o papel social do poder legislativo, bem como a criação e a sistematização de novos conteúdos, por meio das pesquisas produzidas pelo corpo docente e discente do ILB.

Quando se idealiza a formação de especialistas em Avaliação de Políticas Públicas, busca-se, além da ampliação do saber técnico, o desenvolvimento de novas competências e habilidades na área, que permitam tanto a correta associação da teoria à prática quanto o aumento da capacidade de os indivíduos intervirem positivamente na dinâmica das Instituições.

O curso foi estruturado em 11 disciplinas, perfazendo o total de **420 horas/aula**. A ampla abordagem possibilitará ao aluno a reflexão acerca de diferentes campos dos saberes, permitindo a superação da simples discussão instrumental dos conceitos e técnicas, viabilizando, assim, a desejada produção de conhecimentos voltados para a melhoria das práticas que envolvem as Políticas Públicas.

A concepção do programa abordado busca a melhoria da ação dos órgãos do legislativo no que lhe dizem respeito à Avaliação de Políticas Públicas, possibilitando a aquisição de novas competências, habilidades e atitudes adequadas às práticas diárias, respeitando não somente a necessidade de cumprir de modo mais eficiente seu papel, mas principalmente reforçando os conceitos de democracia e cidadania, visto que as políticas públicas surgem a partir das necessidades sociais.

#### **8 – COORDENAÇÃO:**

O curso contará com uma equipe de coordenadores: coordenador de curso e coordenador pedagógico, que atuam junto ao corpo docente e discente, convocados por Edital e selecionados por meio do Banco de Colaboradores do ILB, levando-se em conta sua titulação, experiência docente e pedagógica e experiência profissional no Senado, com o objetivo de gerenciar, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem. São responsáveis pela orientação científica, técnica, didática e pedagógica, assim como pelo planejamento, formulação, criação, desenvolvimento,



**SENADO FEDERAL**  
Instituto Legislativo Brasileiro - **ILB**  
Coordenação de Educação Superior - **COESUP**

acompanhamento, controle e avaliação dos resultados inerentes à implementação das ações educacionais; além da organização de publicações, livros, coletâneas e periódicos.

**8.1 – COORDENADOR DE CURSO:**

Responsável pela consultoria ou orientação científica, técnica, didática ou pedagógica, assim como pelo planejamento, criação, desenvolvimento e acompanhamento do conteúdo programático do curso, e também pelo controle e avaliação dos resultados das ações de capacitação e desenvolvimento; participação em reuniões do Comitê Científico Pedagógico e apresentação de relatórios periódicos de acompanhamento dos cursos; e organização de publicações de trabalhos relacionados aos cursos.

**8.2 – COORDENADOR PEDAGÓGICO:**

Responsável pelo acompanhamento e supervisão do processo de ensino-aprendizagem, desde a seleção dos discentes, docentes, orientadores e avaliadores, até o resultado final da banca; proposição e acompanhamento dos critérios de avaliação do curso; orientação ao corpo docente sobre suas atribuições e responsabilidades; validação da frequência dos docentes e discentes; aceite final de cada disciplina; disponibilização do conteúdo das aulas no ambiente virtual de aprendizagem; adequação do calendário à dinâmica do curso; participação em reuniões do Comitê Científico-Pedagógico e apresentação de relatórios periódicos de acompanhamento dos cursos; e organização de publicações de trabalhos relacionados ao curso.

**9 – CARGA HORÁRIA:**

O Curso de Especialização em Avaliação de Políticas Públicas terá duração de 420 horas-aulas presenciais, sem contar as horas relativas às atividades complementares (12h) que se fizerem necessárias, bem como à elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso - TCC (aproximadamente 60h).



**SENADO FEDERAL**  
Instituto Legislativo Brasileiro - **ILB**  
Coordenação de Educação Superior - **COESUP**

**10 – PERÍODO:**

- Turno: *noturno*;
- Duração: até 20 meses
- Aulas: 2ª e 5ª – 19 h às 22 h15  
6ª – 15h às 18h15 – sempre que necessário

**11 – GRADE DE DISCIPLINAS E RELAÇÃO DE PROFESSORES:**

<b>CÓDIGO</b>	<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
<b>APP1</b>	Fundamentos de Políticas Públicas	30h
<b>APP2</b>	Introdução aos Estudos Legislativos	30h
<b>APP3</b>	Pesquisa – Trabalho de Conclusão de Curso – módulos 1 e 2	60h
<b>APP4</b>	Políticas públicas no Brasil	45h
<b>APP5</b>	Diagnóstico para desenho, elaboração e avaliação de políticas públicas	30h
<b>APP6</b>	Instrumentos de Análise quantitativa e qualitativa	30h
<b>APP7</b>	Formulação e Planejamento de políticas públicas	45h
<b>APP8</b>	Legística e Avaliação de Impacto Legislativo	45h
<b>APP9</b>	Avaliação e Monitoramento de políticas públicas	45h
<b>APP10</b>	Procedimentos para elaboração de avaliações de políticas públicas e de impacto legislativo	30h
<b>APP11</b>	Tópicos Especiais em Políticas Públicas	30h
<b>TOTAL</b>		420h



**SENADO FEDERAL**  
Instituto Legislativo Brasileiro - **ILB**  
Coordenação de Educação Superior - **COESUP**

### **11.1 – EMENTAS DAS DISCIPLINAS**

#### ***APP1 – Fundamentos de Políticas Públicas (30h)***

Conceitos essenciais de políticas públicas. Perspectivas históricas e contemporâneas. Principais modelos analíticos para o estudo de políticas públicas. Estudo da ação governamental em suas funções de proposição, elaboração, implementação e avaliação de políticas. Compreensão do ciclo das políticas públicas.

#### ***APP2 – Introdução aos Estudos Legislativos (30h)***

A organização, estrutura, atribuições e o funcionamento do Congresso Nacional em conjunção com as estruturas e práticas dos demais poderes da República estabelece um complexo cenário que repercute no papel e na atuação do Estado. Conhecer o funcionamento das estruturas do Estado, seus princípios, suas instituições e seus mecanismos constitui pré-requisito essencial para a devida compreensão do ciclo de políticas públicas. Essa temática será revisitada com base na abordagem dos seguintes temas: partidos políticos e seu comportamento na arena legislativa, eleições, bicameralismo, relações Executivo-Legislativo, organização interna do legislativo, comportamento parlamentar e lobbies.

#### ***APP3: Pesquisa – Trabalho de Conclusão de Curso – módulos 1 e 2***

Epistemologia. Metodologia das Ciências Humanas. Desenvolvimento e acompanhamento de uma política específica. Utilização do Estudo de Caso como instrumento de investigação, que permite ao aluno relacionar o conteúdo acadêmico à prática profissional, através da investigação de política pública específica, bem delimitada, contextualizada em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações. Para tal, será necessária a determinação dos pontos críticos; estabelecimento dos contatos para entrada em campo e localização das fontes de dados que serão necessárias ao estudo. Escolha do caso, determinando o foco da investigação. Coleta, seleção, análise e interpretação dos dados. Análise sistemática e elaboração de relatórios parciais e final do caso. Normas da ABNT. Redação técnico-científica. Estrutura e elementos do estudo de caso.



**SENADO FEDERAL**  
Instituto Legislativo Brasileiro - **ILB**  
Coordenação de Educação Superior - **COESUP**

Elaboração, formatação e conclusão dos estudos de casos. O professor titular da disciplina contará com a colaboração de 3 professores orientadores, posteriormente selecionados, que irão trabalhar, 20h/a cada um, com a turma ou partes da turma.

***APP4 – Políticas públicas no Brasil (45h)***

A produção de políticas públicas em contexto democrático. Limites institucionais na produção de políticas públicas no cenário brasileiro e marcos normativos. Poder local, o federalismo e a atribuição de responsabilidades nas políticas públicas. Atores sociais e institucionais na gestão e formulação de políticas públicas. Perfil de políticas públicas: políticas sociais, econômicas, regulatórias. Estudos de casos tipos de políticas públicas aplicados ao Brasil. Discussão sobre a legitimidade/competência do poder legislativo para avaliar políticas públicas. História das políticas públicas no Brasil, evolução da organização do Estado no Brasil. Sistemas e instituições de controle (TCU, CGU, etc.) A judicialização das políticas públicas com a Constituição de 1988.

***APP5 – Diagnóstico para desenho, elaboração e avaliação de políticas públicas (30h)***

Descrição e tipos de dados. Utilização de dados e produção de informações. Apresentação, estudo e análise de bases de dados, fontes de dados e de sistemas de informação brasileiros: Censo IBGE, PNAD, Ipea Data, Contas Nacionais, SIGA Brasil, entre outros (as). Conceito, propriedades e tipos de indicadores. Construção e uso de indicadores aplicados à formulação de políticas públicas.

***APP6 – Instrumentos de Análise quantitativa e qualitativa (30h)***

Introdução à estatística: conjunto de dados: população e amostra, tipos de variáveis e escalas de mensuração. Construção e gerenciamento de um banco de dados de pesquisa. Estatística descritiva: organização de dados – tabelas de frequência simples e cruzadas. Medidas de tendência central e variabilidade. Estatística inferencial: conceitos básicos de amostragem. Etapas do planejamento de uma amostragem. Teste de hipóteses: correlação e Regressão. Pesquisa Qualitativa: Planejamento e Coleta de Dados; Estudos de Caso; Técnica





**SENADO FEDERAL**  
Instituto Legislativo Brasileiro - **ILB**  
Coordenação de Educação Superior - **COESUP**

de Grupos Focais, Pesquisa Etnográfica; observação participante; Entrevistas: estruturada e não estruturada.

***APP7 – Formulação e Planejamento de políticas públicas (45h)***

Os princípios básicos da formulação de políticas públicas. Planos, programas e projetos. Elaboração do modelo lógico da política pública. Interesses, negociação e participação na formulação no planejamento de políticas públicas: governança, processos e limites. Estratégias para que gestores públicos melhorem a formulação de políticas públicas. Princípios básicos da tomada de decisão. Desafios na tomada de decisão. Ferramentas analíticas para os gestores públicos na tomada de decisão. Plano Plurianual e o orçamento como instrumentos de planejamento para políticas públicas. A formulação e o planejamento e as questões de sustentabilidade.

***APP8 – Legística e Avaliação de Impacto Legislativo (45h)***

Legística: conceito e utilidade. Legística e Produção de Normas. Modelos de avaliação de necessidade legiferante e modelos de avaliação de impacto legislativo. Legística Material: Requisitos essenciais que devem ser observados na formulação de disposições legais ou regulamentares. Princípios das normas: Impessoalidade, Padronização, Concisão, Objetividade, Clareza, Proporcionalidade. Vantagens e benefícios de elaborar a avaliação de impacto. Avaliação das repercussões dos projetos de lei sobre o equilíbrio social e a distribuição de recursos de da sociedade. Composição de uma avaliação de impacto: da identificação do problema à comparação das análises custo-benefício das opções preconizadas.

***APP9 – Avaliação e Monitoramento de políticas públicas (45h)***

Conceito de avaliação e suas principais características. Tipos de avaliação: *ex-ante*, de processos, de resultados, de impacto e meta-avaliação. Avaliação e monitoramento de políticas: diferenças e aplicações. Utilizações das avaliações: instrumental, conceitual, como instrumento de persuasão e para o esclarecimento. Orçamento e avaliação: execução



**SENADO FEDERAL**  
Instituto Legislativo Brasileiro - **ILB**  
Coordenação de Educação Superior - **COESUP**

financeira e orçamentária, controle social do orçamento público. Tendências das atividades de avaliação no Brasil e no mundo. Desafios e dificuldades da atividade de avaliação de políticas públicas. Monitoramento de políticas públicas: tipos, experiências e sistemas.

***APP10 – Procedimentos para elaboração de avaliações de políticas públicas e de impacto legislativo (30h)***

Estruturação recomendada para um relatório de avaliação de políticas públicas ou relatório de impacto legislativo. Etapas do relatório de avaliação de políticas públicas: planos e objetivos; monitoramento e avaliação; institucionalização; participação social; capacidade organizacional e recursos; planejamento e gestão orçamentária; coordenação e coerência; gestão de riscos e controle interno; *accountability*. Utilização de fontes de informação e normatização de dados qualitativos e quantitativos. Introdução de sugestões e melhorias da política. Etapas do relatório de impacto legislativo: planejamento; identificação do contexto da norma; estabelecimento de textos ou de alternativas; identificação de impactos econômicos, sociais ou ambientais; comparação de proposições alternativas; definições para o monitoramento da norma e sua reavaliação.

***APP11 – Tópicos Especiais em Políticas Públicas (30h)***

Percepção e Identificação do problema. Formulação de alternativas. Teorias da formação de agenda, com ênfase na teoria dos múltiplos fluxos e do equilíbrio pontuado. Noções de redes de políticas públicas e interação entre atores e instituições governamentais e não governamentais. Teoria das coalizões de advocacia. Efeitos aprendizagem em políticas públicas. Teoria do Estado, com ênfase em fatores históricos e comparação ao cenário atual. Teoria de processos decisórios. A integração entre os aspectos de sustentabilidade e a formulação de políticas públicas.

**12 – RECURSOS HUMANOS**

Será selecionado corpo docente, preferencialmente formado por mestres e doutores. O percentual de professores com título de mestre ou doutor deverá superar o estipulado pelas



**SENADO FEDERAL**  
Instituto Legislativo Brasileiro - **ILB**  
Coordenação de Educação Superior - **COESUP**

normas do Conselho Nacional de Educação. A seleção acontecerá por meio do Banco de Colaboradores do ILB, entre servidores do Senado Federal.

O esforço de ensino no próprio âmbito do Senado Federal deriva do diagnóstico de que vários dos conhecimentos e capacidades necessários ao funcionamento da instituição não podem ser encontrados de forma satisfatória, ou ao custo adequado, fora da instituição. O atendimento às suas especificidades exige o treinamento e a capacitação atípicos, passíveis de realização no interior da instituição. A prática do processo legislativo, ou o conhecimento da natureza, do funcionamento e dos objetivos de uma casa legislativa, por exemplo, não são encontrados com a devida profundidade e reflexão em profissionais formados em áreas afins ao Legislativo, como Direito, Ciência Política, Administração, Sociologia ou Comunicação.

### **13 – CUSTO DO PROJETO (orçamentário e financeiro)**

É importante mencionar que se optou pela previsão máxima, utilizando os valores para coordenador de curso, coordenador pedagógico, facilitadores de aprendizagem, examinadores, orientadores e avaliadores com titulação de Doutor. É provável que o orçamento seja menor, caso mestres ou especialistas sejam classificados no processo de seleção do corpo docente.

#### **13.1 – PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA TOTAL**

(Calculado de acordo com os valores da Gratificação de Encargo de Curso e Concurso (GECC) de acordo com a Portaria MPOG nº 2, de 09/01/2015)

<b>CÓDIGO</b>	<b>Disciplinas</b>	<b>CH</b>	<b>PROFESSOR</b>	<b>TITULAÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
<b>AC-01</b>	Fundamentos de Políticas Públicas	30	Facilitador de aprendizagem	Doutor	R\$ 9.230,40
<b>AC-02</b>	Introdução aos Estudos Legislativos	30	Facilitador de aprendizagem	Doutor	R\$ 9.230,40
<b>AC-03</b>	Pesquisa – Trabalho de Conclusão de Curso – módulos 1 e 2	60	Facilitador de aprendizagem	Doutor	R\$ 18.460,80
<b>AC-04</b>	Políticas Públicas no Brasil	45	Facilitador de aprendizagem	Doutor	R\$ 13.845,60
<b>AC-05</b>	Diagnóstico para Desenho, Elaboração e Avaliação de Políticas Públicas	30	Facilitador de aprendizagem	Doutor	R\$ 9.230,40
<b>AC-06</b>	Instrumento de Análise Quantitativa e Qualitativa	30	Facilitador de aprendizagem	Doutor	R\$ 9.230,40



**SENADO FEDERAL**  
Instituto Legislativo Brasileiro - **ILB**  
Coordenação de Educação Superior - **COESUP**

<b>AC-07</b>	Formulação e Planejamento de Políticas Públicas	45	Facilitador de aprendizagem	Doutor	R\$ 13.845,60
<b>AC-08</b>	Legislação e Avaliação de Impacto Legislativo	45	Facilitador de aprendizagem	Doutor	R\$ 13.845,60
<b>AC-09</b>	Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas	45	Facilitador de aprendizagem	Doutor	R\$ 13.845,60
<b>AC-10</b>	Procedimentos para Elaboração de Avaliações de Políticas Públicas	30	Facilitador de aprendizagem	Doutor	R\$ 9.230,40
<b>AC-11</b>	Tópicos Especiais em Políticas Públicas	30	Facilitador de aprendizagem	Doutor	R\$ 9.230,40
<b>Subtotal</b>		402			<b>R\$ 129.225,60</b>
	Seleção de facilitadores de aprendizagem e seleção de discentes	150	<b>EXAMINADOR *</b>	Doutor	R\$ 28.320,00
		60	<b>ORIENTADOR **</b>	Doutor	R\$ 18.456,00
		240	<b>COORDENADOR DE CURSO</b>	Doutor	R\$ 46.989,60
		240	<b>COORDENADOR PEDAGÓGICO</b>	Doutor	R\$ 46.989,60
<b>Subtotal</b>		690			<b>R\$ 140.755,20</b>
*	Previsão de 02 examinadores (75h para cada): - Considerando 50 candidatos para o corpo docente e 100 candidatos para o corpo discente - Prevendo duas examinações por hora				
**	Previsão de 3 orientadores para apoio ao professor responsável pelo TCC (20 horas/aula cada)				
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 269.980,80</b>

**Valor Total do Orçamento:**

**R\$ 269.980,80 – Duzentos e sessenta e nove mil, novecentos e oitenta reais e oitenta centavos**

José Dantas Filho  
Coordenação de Educação Superior  
Matrícula: 55946